



Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Educação e Ciência da
Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

Lisboa, 18 de abril de 2016

N/ Ref. 001/037/XIII/009

**Assunto: INCUMPRIMENTO DOS CONTRATOS DE ASSOCIAÇÃO PELO MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Educação,

Foi publicado na 6ª feira, sem audiência de interessados, o Despacho Normativo n.º 1-H/2016 que regula o regime de matrícula e frequência das escolas.

Este despacho altera significativamente as regras de matrícula nos colégios com contrato de associação, estabelecendo que, “A frequência de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação, na parte do apoio financeiro outorgado pelo Estado, é a correspondente à área geográfica de implantação da oferta abrangida pelo respetivo contrato” (n.º 9 do artigo 3.º).

Esta norma não faz sentido. A “área geográfica de implantação da oferta”, definida no aviso de abertura do concurso do contrato de associação, delimita o universo de colégios que se poderiam candidatar a contrato. Não o universo de alunos que poderiam aceder às turmas em contrato de associação. Isto aliás foi oportunamente esclarecido à AEEP pela Administração Educativa.

Aliás, basta confrontar as zonas territoriais referidas no dito aviso com os fluxos escolares dos últimos 10 anos em cada contrato de associação, para perceber que esta equiparação é absurda.

A AEEP conhece a posição do Governo e dos partidos que o sustentam quanto à possibilidade de TODOS os portugueses poderem escolher a escola que querem para os seus





filhos. Mas tal matéria não consta do programa de Governo e este prometeu honrar os contratos em vigor. Mais; a Assembleia da República aprovou uma resolução recomendando ao Governo a realização de um estudo sobre esta matéria antes de agir.

É por isto inaceitável a presente acção unilateral que, além de ilegal, viola grosseiramente a promessa dada de respeito pelos contratos celebrados e os princípios da estabilidade e previsibilidade, essenciais em educação.

Lamentamos estar perante o que tanto tememos e denunciámos há poucos meses: despedimentos em massa, interrupção de percursos educativos, desvalorização dos municípios pelo encerramento dos colégios. Em nome de quê?

Pela gravidade e urgência da situação, vimos pedir a V. Exa. uma audiência urgente para debater o assunto e as medidas que podem ser tomadas para impedir a materialização de tão gravosa injustiça.

Com os nossos melhores cumprimentos,

António José Sarmiento
Presidente da Direção

